

OFENSIVA DO CAPITAL E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ricardo Lara¹
Rodrigo Fernandes Ribeiro²

Resumo

O presente ensaio tem como objetivo abordar as transformações que as políticas sociais sofreram nos anos 2000 no Brasil. A crise estrutural do capital é limite a ser transposto por contratendências à queda das taxa média de lucro, que potencializam uma maior extração de valor. Desde então, a reestruturação capitalista compôs o atual quadro de relações sociais. Se nos “anos gloriosos” do capitalismo – do fim da segunda guerra até a irrupção da crise estrutural –, as políticas sociais atuaram enquanto alicerces de uma maior acumulação de capital decorrente do consumo de parte da classe trabalhadora, no limiar da crise contemporânea elas se tornam potencial fonte de contratendências, ou seja, serviços a serem disponibilizados e explorados pelo mercado. Nas últimas décadas, a prevalência da superexploração do trabalho combinou-se com a metamorfose das políticas sociais e estas passaram a serem “produtos financeiros” de extração de valor do trabalho necessário.

Palavras-chave: Política social; exploração do trabalho; capitalismo contemporâneo.

Abstract

This paper aims to address the changes that have suffered social policies in the 2000s in Brazil. The structural crisis of capital is bound to be transposed by the countertrend decline in the average rate of profit, which leverage greater value extraction. Since then, he composed the present capitalist restructuring framework of social relations. If the "glorious years" of capitalism - the end of the War until the outbreak of the structural crisis - social policies served as the basis for greater capital accumulation resulting from the consumption of the working class, on the threshold of the contemporary crisis they counter-turn potential source, or services to be provided and operated by the market. In recent decades, the prevalence of overexploitation combined with the metamorphoses of social policies and these began to be "financial products" to extract the value of work required.

Keywords: Social policy, labor exploitation; contemporary capitalism.

¹ Professor dos cursos de graduação e pós-graduação do Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor em Serviço Social pela UNESP. Email: ricbrotas@uol.com.br

² Mestrando em Serviço Social pela UFSC. Graduado em Licenciatura em Ciências Sociais pela UFSC. Fone: Email: roferrib@yahoo.com.br

1 – INTRODUÇÃO

O terreno em que as políticas sociais se efetivam é permeado pela luta de classes, ou seja, o confronto social entre a antítese: acumulação privada de capital e exploração da força de trabalho. As mistificações que justificam as políticas sociais enquanto dádivas do Estado servem para ocultar a contradição central do processo de produção de valor mediante a exploração de trabalho excedente³ dos trabalhadores assalariados. Para os apologistas da autonomia do Estado frente a esse confronto entre capital e trabalho, as políticas sociais atuariam no desenvolvimento “justo” e “normal” da *sociedade civil*.

A análise que amputa a constituição sócio-histórica do Estado e das políticas sociais em suas particularidades nacionais, tende a “naturalizar” a realidade, principalmente quando pretendem compreender as diferentes maneiras de inserções dos países na acumulação capitalista e das suas formas de organização dos direitos sociais. A visão gradualista dos processos sociais dos países centrais que apostavam no conseqüente crescimento homogêneo dos países periféricos não serve mais para explicar o momento atual de ofensiva às conquistas das classes trabalhadoras no conjunto do globo. Aquele ideal da periferia almejar o crescimento econômico e as condições de seguridade social, que foram vigentes em determinados países centrais na “fase de ouro” do capitalismo, o chamado “Estado de bem estar social”, tornou-se vetustez e a-histórico. A fase de crescimento econômico e acesso aos direitos sociais aos trabalhadores foi obstruída pela irrupção da *crise estrutural do capital* nos anos 1970. A crise do capital ampliou suas dificuldades de expansão e reprodução pela queda tendencial da taxa média de lucro; estimulou contratendências para conter as crises de acumulação; promoveu regressidade nos direitos sociais; acentuou a precarização do trabalho⁴. Segundo Mészáros (2011), essa fase é marcada por um período de “depressão

³ Segundo a análise de Elaine Behring (2010), com a crescente mundialização do capital e a financeirização de todas as suas modalidades, parte do trabalho necessário para suprir os meios de subsistência do trabalhador também está sendo extraída pela tributação crescente da esfera do consumo, compondo o “fundo público” que na atualidade serve enquanto grande indutor dos processos de concentração e centralização do capital.

⁴ Tal ofensiva do capital é apresentada pela maioria dos autores que utilizamos neste ensaio enquanto *neoliberalismo*. Em nossa análise, priorizaremos o termo *ofensiva do capital*, por acreditar que as “políticas

Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

contínua” em que o processo de deteriorização das estruturas do capital se dá lentamente, de forma “rastejante”⁵, corroendo todas as dimensões da vida social, da relação com o meio ambiente e das relações de sociabilidade entre indivíduos e nações⁶.

A particularidade sócio-histórica em que localizamos a política social, no Brasil, é determinada pela síntese de complexos que constituíram a predominância do *capitalismo dependente e associado* na América Latina. Visto dentro do complexo de interações recíprocas pelo qual se desenvolveu esse sócio-metabolismo na periferia do mundo, essa configuração contribuiu para ascensão do modo de produção capitalismo no mundo, atuando na contemporaneidade para a revitalização permanente da transformação capitalista e o desenvolvimento daquilo que Florestan Fernandes denominou enquanto “imperialismo total” (1975, p. 18). Nesta esfera do globo, os ritmos e padrões externos foram determinantes em sua configuração periférica, delimitados pela necessidade de maior extração de valor da força de trabalho empregada nesses países, para auxiliar o desenvolvimento industrial em plena irrupção dos países centrais. A análise de Rui Mauro Marini (2005) e de Florestan Fernandes (2005) sobre a “superexploração”, ou “dupla-extração” de valor, nos orientam para essa afirmação.

O Brasil, que intensificou a construção da estrutura estatal indutora de desenvolvimento industrial e controle social dos “de baixo” a partir dos anos 1930, o fez sobre a luta de classes. As lutas sociais do período colonial, neocolonial, república velha, capitalismo competitivo e capitalismo monopolista, são emblemáticas e repletas de tensões,

neoliberais” não representam de fato uma volta aos preceitos liberais e nem mesmo uma fase a ser superada antes da superação do próprio capitalismo. As políticas sociais dos anos 1980, 1990 e 2000 promoveram a regressão dos direitos sociais e das formas de regulação social, sendo verdadeiras “contrarreformas”, bem diferente das “reformas” clássicas que constituíram os avanços da democracia burguesa – emancipação política – advinda das lutas sociais das classes trabalhadoras nas conquistas dos direitos sociais.

⁵ Nos anos 2000 a crise do capital atinge em cheio os países de capitalismo avançado, fruto de uma série de transformações no sócio-metabolismo do capital que expandem também a *superexploração do trabalho* para os países centrais do imperialismo. A extração de mais-valia relativa característica do desenvolvimento de tecnologia é difundida em países que contêm grande potencial de reservas de matérias primas e força de trabalho barata, fazendo com que o capital desloque os meios de produção para os países dependentes. Ou seja, a reestruturação produtiva na divisão mundial do trabalho (VALENCIA, 2009) sofre metamorfoses que precarizam o trabalho e atacam os direitos sociais em todas as partes do mundo, notabilizando-se nos últimos anos da década de 2000 e início de 2010 com os planos de austeridade dos países centrais na Europa e nos EUA.

⁶ O *sistema sociometabólico* do capital composto pelo tripé *capital, trabalho assalariado e Estado* dá sinal de colapso. (MESZÁROS, 2011). O capital não possui mais a força expansionista que gozou durante o século XX em busca do crescente mais-valor, a exploração da força de trabalho apresenta-se numa crescente *precarização estrutural* e o Estado, agora quase totalmente privatizado, acaba sendo reivindicado por uma esquizofrênica recaída neokeynesiana. (LARA, 2010).

que colocam as classes subordinadas (os estamentos escravizados do século XIX, a classe trabalhadora e o campesinato do século XX) em confronto direto contra o autoritarismo e o exclusivismo das classes dominantes no Brasil (oligarquias, burguesia mercantil-cafeeira, burguesia industrial, oligarquia financeira). A saída em todos os casos foi constituída sob o manto da *ordem social autocrática burguesa*, que não serve apenas para impor “a quente” a repressão organizada a partir do Estado, se não para “a frio” manter os controles e a exclusão das classes subordinadas das decisões sobre o desenvolvimento da sociedade (FERNANDES, 2005). Nesse sentido, surgem e desenvolvem as políticas sociais, com objetivos de esterilização das dissidências, de integração à ordem social e de concessões relacionadas com a cooptação das forças sociais organizadas dos trabalhadores. Esse foi o mote de tratar a *questão social* que, de caso de polícia, passou a ser política de Estado⁷.

Essa tendência caracterizou os períodos conhecidos como a “revolução pelo alto” de 1930, o Estado Novo de 1937, a redemocratização de 1945, a irrupção da ditadura civil-militar enquanto contrarrevolução preventiva de 1964, a “transição lenta, gradual e segura” da década de 1980, a recomposição da ordem social autocrática burguesa e sua incorporação à ofensiva do capital mundializado da década de 1990. O continuísmo do chamado “neodesenvolvimentismo” da década de 2000, que potencializou o desmonte das políticas sociais universais e as transferiu para a focalização nas políticas compensatórias, será objeto de análise introdutória neste ensaio teórico, relacionando essa configuração contemporânea das políticas sociais com a ofensiva do capital sobre os direitos sociais dos trabalhadores.

2 – OS GOVERNOS DOS ANOS 2000: políticas sociais enquanto continuísmo e reforço da ordem social.

O caráter tardio das transformações designadas “neoliberais” no Brasil, que representam a ofensiva que o capital impôs sobre as políticas de regulação, deu-se na década de 1990. Desregulamentações e retiradas de direitos conquistados historicamente, restrições

⁷ “Tanto assim que ao longo das décadas de 1920 e 1930 os governantes e setores dominantes começaram a admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia, e começar a ser tratada como um problema político”. (IANNI, 2004, p. 104)

das políticas sociais que foram almeçadas pelos movimentos sociais e parcialmente conquistadas na Constituição de 1988, como o Sistema Único de Saúde (SUS), privatizações do patrimônio público estatal, são em linhas gerais as táticas mais visíveis dessa ofensiva (BOITO JR, 1999; BEHRING, 2008). No plano da conformação ideológica destacam-se as formulações que deram apoio às contrarreformas, a ideologia de desresponsabilização do Estado e, paralelamente, a subserviência dessa estrutura ao padrão de acumulação capitalista imposto à periferia. As cartilhas dos organismos internacionais (destacando-se os relatórios do Fundo Monetário Internacional – FMI -, e o Banco Mundial) preconizavam, em um primeiro momento, o Estado que deveria modernizar-se, acabar com as velhas “estruturas deficitárias” e de “caráter paternalista”, empurrando as responsabilidades sociais ao “dinâmico e equilibrado” universo do mercado. O voluntariado e a proliferação de Organizações não Governamentais (ONGs), a comunidade solidária e a “Lei de responsabilidade fiscal” foram consequências necessárias desse novo padrão que responde às determinações da ofensiva do capital⁸. No segundo momento, a remessa de capitais ao exterior e a profunda intensificação da financeirização correspondem ao padrão mundializado, às condições ótimas de acumulação capitalista pelo capital financeiro. A “estabilização” do plano real, os juros altos, o aumento das dívidas externa e interna, além da própria privatização dos direitos sociais, como exemplo o da previdência, atuam nesse sentido. Em síntese, essa ofensiva do capital tem como regra única “a redução dos gastos sociais e aumento dos gastos financeiros” (BOITO JR, 1999, p. 78).

As crises do capital de fins dos anos 1990 e início dos anos 2000 não poderiam deixar de ter reflexos no Brasil. Cabe ressaltar que essa política regressiva e desestruturadora da ínfima seguridade social existente nos países da América Latina, fora implementada mais intensamente em países como o Chile, a Argentina e Venezuela, respondendo em partes ao colapso do “Argentinazo” de 2001⁹, e a crise que levou à virada da organização popular na Venezuela. No Brasil, esse período é marcado pelo crescimento do desemprego, pelo arrocho

⁸ Behring (2008, p. 65) registra que: “para a política social, a grande orientação é a *focalização das ações*, com estímulo a fundos sociais de emergência, e a mobilização da ‘solidariedade’ individual e voluntária, bem como as organizações filantrópicas e organizações não governamentais prestadoras de serviços de atendimento, no âmbito da sociedade civil”.

⁹ Levantamentos populares que marcaram sucessivamente a queda de 4 presidentes na Argentina, em repúdio as políticas de desestruturação das políticas sociais e da indústria nesse país.

salarial, aumento da desigualdade social, crescimento da insatisfação e tensões populares. Registra-se em 1995 a greve dos Petroleiros, duramente reprimida com o auxílio do exército nacional, e o massacre de Eldorado dos Carajás em 1996 que matou 22 trabalhadores sem-terra.

Os anos 2000 são marcados pelo triunfo eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), representado pelo lema de sua campanha: “a esperança que venceu o medo”. Nos quase 30 anos de existência desse partido é marcante a gênese pela ascensão dos movimentos populares, do campo e da cidade, sindical, estudantil e de demais setores, com a constituição de instrumentos de lutas como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), a retomada da União Nacional dos Estudantes (UNE) e a criação da mais consolidada experiência de central sindical classista, a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A social-democratização crescente desse partido, já no início dos anos 1990, é marcada pelos acontecimentos que respondem à ofensiva do capital e seu caráter regressivo, e a queda do chamado “socialismo real”, assim como a priorização da via eleitoral sobre a mobilização das massas, o que também responde pela alteração na agenda política e conciliação com as demandas crescentes do capital mundializado.

O processo eleitoral de 2002 em que Lula apresenta a “Carta aos Brasileiros” demarca o horizonte circunscrito desse governo, que irá marcar até 2010. Em uma mensagem notória ao capital financeiro, o PT define a sua opção por não alterar as estruturas espoliativas e garantidoras do controle social sobre os “de baixo”. Em síntese: a) a garantia de não rompimento com os acordos anteriores corresponde às políticas econômicas que privilegiam a especulação financeira; b) a subordinação do fundo público aos ditames da acumulação de capital; c) a regressão das políticas sociais com a manutenção de mecanismos como a “Lei de responsabilidade fiscal”; d) o pagamento das “dívidas” que eram “e(x)ternas” mas que foram “reformadas” enquanto “dívida pública”; f) a permanência das privatizações. Porém, é necessário também distinguir as táticas desse governo das do anterior, levando-se em consideração a conjuntura mundial e o impacto que as políticas sociais concretizadas pelo PT tiveram nesse governo¹⁰.

¹⁰ Uma análise mais recente das relações do Governo Lula com as reivindicações históricas dos movimentos sociais organizados, e a ruptura que redefiniu o bloco de poder e as forças sociais que recusaram a cooptação,

Apesar da permanência e reforço dos mecanismos regressivos dos direitos sociais universais, das contrarreformas e privatizações que marcaram a ofensiva do capital na década de 1990, há certas diferenças que marcam os dois governos Lula. No primeiro momento, o mais marcante é o esforço para demonstrar a subordinação às políticas monetaristas orientadas pelas agências imperialistas. A indicação de Francisco Meireles ao Banco Central, a permanência dos juros altos, a contrarreforma da previdência de 2003 e a permanência da política de superávit primário, garantidas pela Desvinculação das Receitas da União (DRU) como forma de financiar os juros da dívida, são políticas que caracterizam esse período. Além disso, a prometida empreitada contra a fome e a carestia, que muitos pensavam passar pela Reforma Agrária e consolidação das políticas universalistas na educação e fortalecimento do SUS, não passou de promessas.

No segundo governo, de acordo com Antunes (2011), o afastamento dos movimentos de massa que deram sustentação na eleição de 2002 foi fundamental para que as políticas se direcionassem sobre os extratos das classes trabalhadoras não organizadas e duramente precarizadas. A ampliação das “políticas compensatórias” em proporções de maior magnitude permitiu a unidade, e apoio de setores mais conservadores e retrógrados da política nacional, com os setores mais pauperizados que foram contemplados com o “Bolsa Família” (13 milhões de famílias, ou 40 milhões de pessoas). Isso foi fundamental para a conquista de um segundo mandato e a enorme avaliação positiva desse governo.

Segundo Paiva e Mattei (2009, p. 185-186):

Esta é uma das razões que explicam por que políticas sociais de natureza liberal e meramente integrativas, fortemente ampliadas no Governo Lula, têm sido avaliadas como instrumento poderoso de manipulação política junto aos segmentos sociais excluídos, como é o caso atual dos beneficiários de novos programas sociais a exemplo do programa Bolsa Família. Registre-se que o êxito das ações do Governo Lula na área social repercutiu no amortecimento do conflito social no Brasil, especialmente após a massificação dos programas de transferência de renda, processo este que, indiretamente, afeta e inibe o protesto das classes sociais subalternas.

As transformações que ocorreram nesse período em relação às políticas sociais, desfigurando conquistas históricas das classes trabalhadoras, interligam-se com as demandas da ofensiva do capital que se notabiliza pela *insaciabilidade das finanças*. Ou seja, oferecem-

pode ser visto em “Sindicatos, lutas sociais e esquerda no Brasil recente: entre a ruptura e a conciliação”, Antunes (2011).

se condições ótimas para que o capital financeiro amplie o arco de oportunidades de exploração exponencial da força de trabalho, *flexibilizando* os direitos trabalhistas; oferecem-se subsídios e suportes para que o setor produtivo desonere-se cada vez mais dos impostos e taxas devidas ao Estado, revertendo essa pendência contra a classe trabalhadora em uma *tributação regressiva*; e transforma o fundo público em salvaguarda para a manutenção das taxas de lucro. É nesse sentido que as políticas sociais são visadas, sofrendo os ataques e restrições que a degradam devido às determinações do capital. Como o “capital portador de juros” demanda da economia “mais do que ela pode dar”, a sua incidência sobre as economias dependentes é potencializada sobre todas as possibilidades de extração de valor presente e futura, inclusive a criação de “novos produtos” sobre os benefícios da seguridade social (SALVADOR, 2010, p. 60). As contrarreformas que atuaram nas restrições da previdência pública e concomitantemente na abertura de “oportunidades” para a criação de previdências complementares privadas é o exemplo mais claro dessa conversão de direito à mercadoria.

Chesnais explica essa “exterioridade” das finanças sobre os “emergentes”:

Todos são obrigados “a se adaptar” às exigências da “economia” e a admitir que se reordenem os traços fundamentais da sociedade sem consideração pelas posições sociais “adquiridas” pelo passado e sem respeito pelos *habitus* provenientes da evolução anterior. Daí decorre esse encaminhamento paralelo de formas de expropriação nos países “emergentes”, as quais remetem a brutalidade quase sem mediação da acumulação primitiva, e de modalidades muito sofisticadas de modulação das relações sociais (em termos de gestão de recursos humanos ou de gestão e constituição do imaginário coletivo pelo viés televisivo) para reproduzi-las sob uma forma de submissão à sombra da “ditadura” dos mercados financeiros. (CHESNAIS, 2005, p. 61).

Atuar nas “duas pontas da barbárie brasileira” (ANTUNES, 2011) parece ser uma ótima alternativa para remediar a extração absurda de valor. Primeiramente, na que trata dos rebatimentos da “questão social”, as políticas compensatórias já mencionadas anteriormente, requerem todo um aparato coordenado para a realização dessas funções determinadas que em seu conteúdo representem as indicações “requeridas” pelos organismos internacionais de supervisão e controle do capital, como o Banco Mundial. Podemos dizer que todas as políticas de reestruturação da assistência social, com as estruturas dos fundos setoriais, dos conselhos e dos Centros de Referências de Assistência Social (CRAS), foram implementadas de acordo com as novas determinações sugeridas segundo os critérios de equidade e focalização das políticas sociais. Em segundo, o incremento do pagamento dos juros da

Estudos do Trabalho

Ano V – Número 11 – 2012

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

dívida, que corroeu 43% do PIB em 2010 (BOSCHETTI, 2010, p. 76) a serviço dos produtos financeiros especulativos que o Estado “oferece” ao capital portador de juros. Se para as políticas compensatórias foram cerca de 13 bilhões investidos, na ponta que justifica os ganhos financeiros foram mais de 380 bilhões, em 2010 (MOTA, 2010, p. 22).

Essa reestruturação das políticas sociais foi implementada com os ataques constantes às políticas de caráter universal, com táticas bem definidas para referendar tal situação. As privatizações das instituições de saúde com as Organizações Sociais (OSs) e Organizações Sociais da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) foram aprovadas no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), implementadas vagarosamente e com parcimônia nesse mesmo período, porém é na década de 2000 que elas passam a ser uma realidade mais presente¹¹. Com relação à educação, manteve-se o sucateamento do ensino básico; a integração da educação superior ao mercado expandiu-se delegadas pela “contrarreforma universitária”, mantendo ainda por esse momento a gratuidade do ensino, mas cabe ressaltar que o incremento de recursos para as universidades privadas via isenções e remessas de recursos em troca de bolsas do “Programa Universidade para Todos” (ProUni), foram enormemente maiores do que no período de abertura desenfreada do governo FHC¹².

No plano da seguridade social, a política de bolsas e focalização sistemática foi implementada mediante uma reestruturação instrumental de eficácia positiva para os objetivos do governo, em detrimento do caráter universal. A “racionalização dos gastos” supõe melhor alocação dos recursos no ataque às expressões mais aparentes da barbárie social, porém fracassam na superação dessas, funcionando mais como “um paliativo” que despolitiza, mantém a desmobilização, estigmatiza e culpabiliza a pobreza, além de muitas vezes serem

¹¹ No apagar das luzes do mandato de Lula da Silva, dia 31 de dezembro de 2010, o presidente lança a medida provisória 520 que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Transformada na Lei 12550/2011, em 15 de dezembro de 2011, essa empresa estatal seria a responsável pela “gestão mais modernizada” dos hospitais universitários, preconizando a lógica mercadológica na contratação de trabalhadores pela CLT sem estabilidade, maior flexibilidade nos processos licitatórios, além de ferir a autonomia universitária transferindo a gestão à outro órgão. Ver notícia do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2012), “Frente critica implementação da EBSERH”.

¹² Além disso, como explica Otaviano Helene e Lighia Horodyski-Matsushigue (2011), “é importante ainda observar que o ProUni atua ao arremedo da própria Constituição, que apenas tolera o repasse de recursos públicos a instituições privadas se essas forem filantrópicas, confessionais ou comunitárias e se aplicarem seus excedentes em educação, o que não é o caso da maioria das instituições beneficiadas pelo ProUni e por outras ações dos governos federal, estaduais e municipais. Afinal, isentar de impostos, taxas e contribuições sociais, como faz o ProUni, é aritmeticamente igual a transferir recursos direta ou indiretamente às instituições privadas de ensino”.

“mais dispendiosas do que as políticas sociais” (PEREIRA; STEIN, 2010, p. 117). Ou seja, está saindo mais caro essa intervenção sobre as mazelas históricas do que a universalização dos direitos sociais. Mas como é evidente, a dinamização que o mercado propagandeia refere-se ao potencial de extração de valor e subsídio para a normalização do processo de acumulação capitalista. Para a classe trabalhadora, contenção de suas expressões mais radicalizadas e integração no imaginário neodesenvolvimentista.

O arcabouço ideológico construído por uma “esquerda” que, nos anos 1980 e 1990 não cansou de denunciar as mazelas das “políticas neoliberais”, representa uma fórmula já conhecida e sem eficácia para a melhoria da vida da classe trabalhadora. O chamado “neodesenvolvimentismo” passou a ser o “remédio” para substituir a ausência de crescimento econômico e aumento da desigualdade social. Segundo Mota (2010, p. 19), essa ideologia é “fundada no equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social, adjetivados de autossustentáveis econômica, social e ambientalmente”. A fórmula requestrada do desenvolvimentismo da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) da década de 1940 até 1960, renova-se com a extração da crítica aos ditames imperialistas, e com as adjetivações que exponenciam uma forma de acumulação capitalista “dita responsável”, controlável do ponto de vista de uma possível humanização dentro do sócio-metabolismo do capital. Com essa nova visão justifica-se a preocupação com a “questão social” e a “miséria crônica”.

Os discursos mistificadores no fim do último governo Lula colocam o Brasil como erradicador da miséria, em que se teria crescido, em números, uma classe média com melhores condições de consumo. A suposta promoção dos miseráveis a emergentes a uma “nova classe-média” obscurece que a cessão de mais créditos para o consumo desses extratos da classe trabalhadora, um dia terá que ser paga e que no aprofundamento da crise com crescimento do desemprego e do endividamento, essa pode ser uma bomba relógio que já qualificou o desastre social vivido nos EUA e na Europa nos últimos anos. De fato, as determinações que levam à produção de capital fictício e ilusório, dos créditos a longo prazo, da retumbante dívida que assola bancos, indústrias e Estados nacionais, são reflexos do endividamento do consumidor individual, pois “a ampliação do consumo se deu à custa do endividamento das famílias, visto que o acesso às mercadorias só foi possível em decorrência

da contração de dívidas de longo prazo, uma vez que não ocorreu aumento efetivo nos rendimentos” (BOSCHETTI, 2010, p. 81).

No Brasil, enquanto propulsor de contratendências da crise do capital, o Estado também se orienta mediante as necessidades de expansão e autorreprodução do capital. O fenômeno da utilização das dívidas públicas enquanto mecanismo de contenção da queda tendencial das taxas de lucro, que se mostram mais insaciáveis nos países com maior desenvolvimento, e que em 2008 abalou o mundo e que aqui foi descrito como “marolinha”, também foram potencializadas neste país. É claro que certa estabilidade no crescimento, aumento nas taxas de emprego e maior acesso aos créditos, colocam no plano do fenômeno a sensação de que o “respingo” da crise passou longe. Porém, como é demonstrado por Boschetti (2010, p. 65), “esse ‘otimismo’ descabido em torno dos efeitos da crise no Brasil”, terá efeitos deletérios para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e “um efeito amargo para as políticas sociais”. A dimensão estrutural da crise do capital encontra seus fundamentos “ativando os limites absolutos do capital como modo de reprodução social metabólica (MÈSZÀROS, 2011, p. 136)”, afetando todas as dimensões da vida social e da totalidade das relações capitalistas.

De acordo com Boschetti (2010, p. 74) os “antídotos amargos ao trabalho”, com o objetivo de blindar ou conter a crise no Brasil, foram “doces” para o capital. A autora indica: a) suposto controle da dívida pública que só cresce e atua na solvência de ativos podres (não existentes ou fictícios), que impedem a ampliação de investimentos nas políticas públicas; b) “geração de elevado superávit primário”, promovido a partir da Desvinculação da Receita da União (DRU) que atinge centralmente os orçamentos das políticas sociais em mais de 60%; c) isenções e subsídios ao setor produtivo, como a política do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Esses fatores atuaram em conjunto para a acumulação especulativa do capital financeiro, retraindo a industrialização, os empregos formais (por mais que tenha diminuído o desemprego geral, a informalidade continua crescendo), além de toda a mercantilização crescente das políticas sociais. Para comparação quantitativa das prioridades do governo, Behring (2010, p. 31) revela que em 2009, auge da crise econômica, esse processo liberou inicialmente 12 bilhões para os bancos e 13 bilhões para a agroindústria, em detrimento dos 20 milhões de linhas de crédito para a reforma agrária. Nada mais claro do que

essa relação que postergou ainda mais a resolução do desastre da “questão social” no campo e na cidade.

A vinculação de desenvolvimento econômico com proteção social defendida pelos arautos do capital supõe que a “cidadania plena” só não fora alcançada – enquanto oportunidade de acesso – pela ausência ou deficiência de “mercado” (IAMAMOTO, 2008, p. 40). O capital em crise busca incorporar as demandas retraídas das necessidades das classes trabalhadoras ao dinamismo da produção de capital portador de juros no processo de mundialização. Destarte, reconhece-se a profunda desigualdade presente na sociedade de classes, absolutiza-se a prioridade de focalização na ponta da barbárie brasileira, na miséria crônica, e ainda referenda a privatização das políticas sociais como antídoto para a resolução da “questão social”.

Octavio Ianni (2004) demonstra que esse processo não é novidade na formação social brasileira. Já se buscou ocultar a “questão social”, convencioná-la como caso de polícia, integrá-la como resolução das políticas de Estado, e contorná-la com mais mercado. A realidade de “dualismo de dois brasis”, um moderno e outro atrasado, fora condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Ianni revela que o processo de acumulação capitalista, reforçado pela condição dependente e subordinada, é determinante central e interage reciprocamente com a produção da “questão social”. Pensando na totalidade desse sócio-metabolismo ele afirma:

[...] cabe lembrar que a economia, a sociedade, a produção e as condições de produção, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista reproduzem-se reciprocamente. O pauperismo não se produz do nada, mas da pauperização. O desemprego e o subemprego são manifestações dos fluxos e refluxos dos ciclos dos negócios. A miséria, a pobreza e a ignorância, em geral, são ingredientes desses processos. O contingente de trabalhadores da reserva tem sido um elemento altamente conveniente para a empresa e a fazenda, no sentido de reduzir os custos da mão de obra para o comprador, além de facilitar a divisão de classe operária, enfraquecendo-a em seus sindicatos, partidos e movimentos sociais. É enganoso sugerir que os “dois” brasis pouco ou nada têm a ver com o outro. A análise atenta das relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica permite demonstrar que os processos da economia têm raízes na pauperização relativa – e às vezes absoluta – dos trabalhadores da cidade e do campo. Isto é, os “participantes” e os “excluídos” estão atados por relações, processos e estruturas que os reiteram continuamente, em distintas formas, diferentes regiões, em geral por intermédio de instrumentos e técnicas controlados pelos que mandam, ou seja, uma parcela dos “participantes”. (IANNI, 2004, p. 112)

Essa relação entre as classes antagônicas referentes ao expropriador e expropriado está calcada na superexploração do trabalho. Sem dúvida que a condição periférica e subordinada condicionou, no plano da divisão internacional do trabalho, essa particularidade para países como o Brasil que conformaram reciprocamente a unidade contraditória entre o moderno e o atraso. O que cabe ressaltar de contemporâneo, e que responde às necessidades de contenção das tendências da queda das taxas de lucro, é a manutenção dessa superexploração do trabalho excedente, aliado ao expediente – no contexto da mundialização do capital – da exploração sobre o trabalho necessário. Referente à reprodução da força de trabalho objetivada nos meios de subsistência necessários para recompor diariamente essa energia, notabiliza-se cada vez mais uma crescente tributação do consumo, em contraste com a imensa desoneração sobre a produção. Expediente amplamente utilizado por todas as instâncias arrecadoras do Estado (municipais, estaduais e federal), a política de incentivos fiscais e de desoneração crescente de setores mais privilegiados da economia (agroindústria e montadoras de automóveis principalmente) amplia a fatia a ser extraída no processo de circulação de mercadorias, incidindo sobre as mercadorias mais necessárias para a classe trabalhadora (moradia e alimentação são, disparadas, os setores que mais contribuíram nos indicadores de inflação).

Com o aprofundamento da crise do capital, o “Estado todo privatizado” é uma poderosa arma para suprir a ausência de fôlego expansionista do mercado. Para tanto, é sobre o fenômeno da extração do trabalho necessário que se notabiliza o papel do *fundo público*, que atua como “causas contrariantes” dessa crise do capital. Como afirma Behring (2010):

O fundo público não se forma – especialmente no capitalismo monopolizado e maduro – apenas com o trabalho excedente metamorfoseado em valor, mas também com o trabalho necessário, na medida em que os trabalhadores pagam impostos direto e, sobretudo, indiretamente, por meio do consumo, onde os impostos estão embutidos nos preços das mercadorias (BEHRING, 2010, p. 20-21).

As transformações das políticas sociais no capitalismo contemporâneo respondem ao papel que esse fundo público tem exercido nesse novo contexto. Indicado como componente “in flux” “do processo de produção e reprodução capitalista”, revela que a destinação predominante tem se dado “por meio de mecanismos da dívida pública – mas também nas outras formas: pela via das compras e contratos estatais, oferta e regulação de crédito, pela complexa rede de relações público-privadas que se estabelece no capitalismo maduro”

(BEHRING, 2010, p. 22-23). Não é por acaso que as metamorfoses da acumulação capitalista restringem os direitos sociais, focalizam na ponta da barbárie as políticas sociais e mercantilizam as mesmas em favorecimento dos setores ligados aos serviços financeiros, pois são as tendências mais presentes para a contenção da *crise estrutural do capital*.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fenômenos analisados estão presentes na totalidade sócio-histórica do capitalismo dependente e associado no Brasil, mas não deixam de estarem interligados com o movimento geral do capital. Em diversos aspectos, seja nas configurações recentes das políticas sociais, do fundo público, das relações de produção, ou mesmo nas relações entre classes dos diferentes países, os ataques ao trabalho apontam às tendências generalizantes de intensiva exploração da força de trabalho.

De acordo com Valencia (2009), há uma generalização da superexploração do trabalho na formação social mundial contemporânea. As transformações mais recentes tendem à exponenciar as possibilidades de expansão e acumulação capitalista, socorrendo-se à articulação de mecanismos de extração da mais-valia relativa e absoluta, além dos ataques aos direitos sociais conquistados no século XX. O autor revela que se a superexploração do trabalho operava como um mecanismo peculiar das formações sociais dependentes, na atualidade ela “se projeta na economia internacional através da homogeneização dos processos tecnológicos, da crise, da automatização flexível, das inovações tecnológicas, da flexibilidade do trabalho, e das recorrentes crises financeiras”. (VALENCIA, 2009, p. 59).

A reestruturação produtiva e os ajustes estruturais ocorridos no Brasil nos últimos 20 anos são concomitantes à recomposição do bloco de poder autocrático já mencionado anteriormente. Mesmo que a euforia de crescimento econômico tenha sugerido o desenvolvimento de um capitalista avançado¹³, os indicadores sociais não são tão satisfatórios. O descaso com as políticas sociais mencionadas revela essa fragilidade com

¹³ O “milagre econômico” nos anos 1970 em plena ditadura militar compreendia também crescimento econômico e reparação das desigualdades sociais pela “repartição do bolo”.

relação à reparação histórica das desigualdades. Contudo, se formos observar questões fundamentais do grau de dependência em que nos encontramos hoje, podemos indicar problemas centrais como a desindustrialização e a reprimarização da economia.

Mesmo que imaginássemos uma condição mais privilegiada e permanente no quadro atual da divisão internacional do trabalho, é muito difícil que seja reestabelecido o quadro de direitos sociais conquistados no século XX. Quando Mészáros (2011) nos alerta que um possível “deslocamento” da crise de países continentais como o Brasil segundo políticas “neo-keynesianas de esquerda”, podem no máximo atuar como “medidas temporárias e defensivas”, temos que nos precaver à possível tempestade que sucede “uma marolinha”. Segundo esse autor, “na verdade, as ‘reformas redistributivas’ propostas (incluindo as suas variações keynesianas ‘de esquerda’) nunca atingiram e nunca *puderam atingir* as engrenagens mais estruturais e profundas do sistema do capital. Tanto que já repetiram suas promessas e nunca conseguiram mantê-las”. (MÉSZAROS, 2011, 139-140). O alto endividamento da classe trabalhadora e as propostas de flexibilização das leis trabalhistas¹⁴, já se apresentam fenomenicamente enquanto um prelúdio do fracasso do “neodesenvolvimentismo” para a classe trabalhadora.

Diante desse contexto agressivo ao trabalho, cabe aos trabalhadores organizados partirem para a ofensiva, reavendo direitos sociais mercantilizados e retomá-los na perspectiva da universalização. É necessária, nesse momento, uma compreensão cada vez mais ampla desses mecanismos de contratendências da crise estrutural do capital, a fim de superar a alienação presente, ou seja, o fetiche que se realiza no capital financeiro mundializado. A teoria do valor-trabalho está presente na realidade, demandando o exercício analítico permanente que oriente não só a apreensão desses fenômenos, quanto também à ofensiva do trabalho sobre a irracionalidade do capital em crise estrutural.

Referências

¹⁴ Enquanto produzíamos esse artigo, estava em andamento o “estudo” que o governo fazia sobre a proposta do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de implementar o Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico (ACE). O teor central dessa proposta seria flexibilizar os direitos trabalhistas celebrados na CLT, privilegiando a livre negociação entre as partes.

ANTUNES, R. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011.

BEHRING, E. R. *Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

BOITO Jr, A. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. 2. ed., São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BOSCHETTI, I. *Os custos da crise para a política social*. In: BOSCHETTI, I; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). *Capitalismo em crise: Política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS (online). *Frente crítica implementação da EBSEH*. Publicado em 12 set. 2012. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=853>>. Acesso em 30 out. 2012.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configurações e consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed., São Paulo: Globo, 2005.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed., Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

HELENE, O.; HORODYNSKI-MATSUSHIGUE, L. *Ensino superior: exclusão, privatização e ProUni*. Revista Carta Capital (online), 08 de dez. de 2011. Disponível em: <<<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ensino-superior-exclusao-privatizacao-e-o-prouni/>>> Acesso em 30 out. 2012.

IAMAMOTO, M. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. In: BOSCHETTI, I. ; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.) *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. EDUSC, Bauru-SP, 2004.

LARA, R. Contribuições acerca dos desafios do movimento sindical diante da crise do capital. In: LOURENÇO, Edvânia; NAVARRO, Vera (Orgs). *O avesso do trabalho II*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARINI, R. M. Marini: Dialética da dependência, 1973. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. Ruy Mauro Marini: *Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. 2. ed., São Paulo: Boitempo, 2011.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social Brasileiro. In: MOTA, A. E. *As ideologias da contrarreforma e o Serviço Social*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

NETTO, J. P. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 2.ed. Cortez: São Paulo, 1995.

PAIVA, B. A. MATTEI, L. Notas sobre as políticas sociais no Brasil: a primeira década do século XXI. In: *Revista Textos e Contextos*. Porto Alegre, v. 8, n. 2, 2009.

PEREIRA, P. A. P.; STEIN, R. H. Política social: universalidade versus focalização: um olhar sobre a América Latina. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

SALVADOR, E. Crise do capital e o socorro do fundo público. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. M.; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). *Capitalismo em crise: política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

VALENCIA, A. S. *Reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho*. Uberlândia: EDUFU, 2009.